

# letra

o jornal do alfabetizador



MALA DIRETA  
POSTAL  
9912240297 DR MG  
CEALE/UFMG



ISSN 1808-0650



Belo Horizonte, março/abril de 2013 - Ano 9 - nº33

## 8 Métodos de alfabetização

Professores alfabetizam com sucesso,  
mas não conseguem explicitar teorias

## 3 Troca de ideias

Qual é o papel do livro  
didático na alfabetização?

## 6 Indisciplina em sala de aula

Menos punição e mais diálogo

## 7 Mediadores de leitura

Papel fundamental

## 12 Entrevista com Graça Paulino

Educadores também devem ler por prazer



# Alfabetização e ação docente



ISABEL CRISTINA FRADE E GILCINEI CARVALHO - Professores da Faculdade de Educação da UFMG, pesquisadores do Ceale e editores pedagógicos do Letra A

"Podemos não gostar de literatura, mas temos direito à literatura". A provocação, feita por nossa entrevistada Graça Paulino, nos incentiva a pensar em como aliar o discurso que respeita, no amplo universo do consumo cultural, a diversidade de posições, de gostos e de estilos a práticas que garantam o direito do professor à literatura. Sem posições deterministas, uma vez que sempre há leitores a formar, a pesquisadora Graça Paulino não abre mão de um investimento no trabalho com um nível de formação previsto na graduação que, segundo ela, precisa se fortalecer frente a outras exigências de produção acadêmica atuais. Exemplo de sua intervenção na leitura literária do adulto professor é o projeto de presentear os docentes e futuros docentes com obras de alta qualidade e de domínio público, sem exigências imediatas de que estas leituras sejam aplicadas à sala de aula. É inquietante pensar que os professores se formam como leitores literários a partir, prioritariamente, de obras a que têm acesso nas políticas do livro destinadas a crianças que preveem usos exclusivamente pedagógicos. O professor merece momentos de fruição mais desinteressada e espera-se que a sua experiência estética de leitura também o forme como mediador qualificado de leituras de crianças. O tema da mediação torna-se cada vez mais importante, tendo em vista que precisamos estabelecer critérios para escolha de obras em uma vasta oferta de livros. Nesta edição, nossa seção *Livro na Roda* muda um pouco o rumo, passando dos livros às mediações.

A discussão sobre a cultura escolar e sobre o que a constitui, matéria do nosso *Dicionário*, permite a compreensão do que é próprio da escola e o que dialoga com sua tradição herdada. Por outro lado, essa discussão

possibilita a identificação de algumas 'brechas', pois a escola também é "local de constante negociação entre o imposto e o praticado". Nessa dimensão, por exemplo, podemos ver, no *Troca de Ideias*, posições bastante diferenciadas sobre o papel que o livro didático ocupa nesta negociação: ora material privilegiado que apresenta um repertório cultural rico, ora recurso que precisa ser preterido em função de outras escolhas igualmente produtivas.

Um dos traços culturais fortes de apropriação escolar de transmissão da escrita, e que foi bastante modificado em relação a uma tradição, foi o modo como os professores escolhem seus métodos/metodologias de alfabetização ou a maneira como tem sido formados para esta perspectiva de alfabetização. A matéria *Em Destaque* registra a voz de pesquisadores e de professores que não conheceram as prescrições de uma orientação metodológica ou que não vivenciaram em sua formação o ápice dos métodos de alfabetização como condutor único de suas práticas. O desafio que nos move é o de formar professores alfabetizadores que dialoguem com a tradição, cientes de alguns dos pressupostos que são debatidos nas 'disputas metodológicas'. É necessário compreender como foram os métodos para pensar permanências e vislumbres rompidos necessários. Além disso, uma discussão metodológica deve ser matéria constante nas pesquisas e práticas pedagógicas, já que a reflexão sobre diferentes possibilidades qualifica uma ação docente pautada por escolhas e alternativas que se distanciem de uma visão dogmática e simplista do processo de alfabetização.

Isabel Frade e Gilcinei Carvalho

## Assine o Letra A

Para assinar o *Letra A*, basta enviar e-mail para [assinaturajornal@fae.ufmg.br](mailto:assinaturajornal@fae.ufmg.br) ou ligar para (31) 3409 5334. Qualquer pessoa, escola ou empresa pode assinar o jornal, presentear um amigo ou doar a uma instituição!

Assinatura anual (4 exemplares)	R\$ 15
Exemplar avulso	R\$ 5
Pacote de 50 assinaturas	R\$ 12 (cada)

O jornal *Letra A* é uma publicação trimestral produzida pelo Ceale desde 2005. Seu principal objetivo é oferecer aos educadores o acesso permanente a materiais que alimentem seu processo de formação e que os mobilizem para responder aos desafios da alfabetização e do letramento.

ENVIE SUAS CRÍTICAS E COMENTÁRIOS À EQUIPE DO LETRA A. ESCREVA PARA [JORNALISMOCEALE@FAE.UFMG.BR](mailto:JORNALISMOCEALE@FAE.UFMG.BR) OU LIGUE (31) 3409-5334.

## Expediente

Reitor da UFMG: Clélio Campolina Diniz | Vice-reitora da UFMG: Rocksane de Carvalho Norton | Pró-reitora de Extensão: Efigênia Ferreira e Ferreira | Pró-reitora adjunta de Extensão: Maria das Dores Pimentel Nogueira  
 Diretora da FaE: Samira Zaidan | Vice-diretora da FaE: Maria Cristina Soares Gouvêa | Diretora do Ceale: Maria Zélia Versiani Machado | Vice-diretora do Ceale: Isabel Cristina Frade  
 Editores Pedagógicos: Gilcinei Carvalho e Isabel Cristina Frade | Editora de Jornalismo: Cecília Lana (13409/MG) | Projeto Gráfico: Marco Severo | Diagramação: Daniella Salles | Ilustrações: Daniella Salles  
 Reportagem: Ana Carolina Martins, Bianca de Andrade Martimiano, Cecília Lana, Júlia Pelinson e Laura Ribeiro Araújo | Revisão: Lúcia Helena Junqueira

O Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (Ceale) é um órgão complementar da Faculdade de Educação (FaE) da Universidade Federal de Minas Gerais. Av. Antônio Carlos, 6627 - Campus Pampulha - CEP 31 270 901 Belo Horizonte - MG Telefones (31) 3409 6211/ 3409 5334 Fax: (31) 3409 5335 - [www.ceale.fae.ufmg.br](http://www.ceale.fae.ufmg.br)



# Qual é o papel esperado para o livro didático na alfabetização?



Foto: acervo pessoal  
MÁRIA DO ROSÁRIO LONGO MORTATI - Professora Titular da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Aprende-se a ler e a escrever, lendo e escrevendo. Por isso, a utilização de textos escritos impressos e manuscritos é condição para o desenvolvimento do processo de alfabetização. É apenas aparentemente óbvia, porém, a conclusão de que o livro didático é imprescindível no processo de ensino-aprendizagem inicial da leitura e da escrita.

Durante o século XX, com a consolidação da indústria editorial brasileira, o livro didático firmou-se como concretização uniformizada de normatizações (políticas públicas) e tematizações (estudos e pesquisas). Atualmente, é um sofisticado (e rentável) produto editorial, de circulação garantida na escola e justificada como necessidade "inquestionável". Nele, apresentam-se, de forma metódica e sistemática (embora nem sempre explícita), sequências de conteúdos de ensino, conforme normas que configuram sua "natureza didática" e são ditadas por complexo conjunto de agentes, que formulam ou executam políticas públicas, inovações científicas e interesses editoriais. A essa "natureza didática" devem-se submeter os textos/gêneros textuais cujos conteúdos, estrutura e funções são "autorizados" a figurar em suas páginas, em conformidade com projetos gráfico, editorial, pedagógico e político. A essa "natureza didática" deve-se submeter também o trabalho do professor, mesmo quando diz que utiliza o livro didático somente como "meio", ou como "apoio", ou como "fonte de consulta para preparar suas aulas", visando a contemplar as "expectativas de aprendizagem" dos alunos.

*Ler e produzir textos* escritos são atividades muito diferentes de *estudar leitura e escrita* no livro *didático*. É um equívoco correlacionar utilização do livro *didático* e sucesso ou fracasso da alfabetização. O livro didático (independentemente de sua qualidade) é dispensável. Imprescindíveis são as relações intersubjetivas em que professor e alunos vivenciam a alfabetização como processo de ensino-aprendizagem de leitura e escrita mediado por textos (em diferentes suportes e de diferentes gêneros), de fato e com sentido.

Seja quais forem a área e o nível de ensino, o que se espera de um livro didático é que ele colabore para a consecução dos objetivos de ensino-aprendizagem visados. Mas o que isso significa, no caso da alfabetização?

Aparentemente, alfabetizar é muito simples. Bastaria apresentar o alfabeto à criança, explicitando, letra a letra, e etapa por etapa, suas correspondências com os sons da língua. Num segundo momento, o ensino das regras ortográficas, às vezes muito caprichosas, completariam o percurso. Assim, o acesso ao mundo da escrita estaria franqueado.

No entanto, desde que as pesquisas em educação começaram a revelar como é que se aprende — e, em particular, como é que se aprende a ler e a escrever — sabemos que a alfabetização faz parte de um processo social e pedagógico de envolvimento do aprendiz não só com um sistema alfabético e suas normas de uso, mas com a *modalidade* da língua que a escrita constitui. Ora, como bem alerta a sabedoria popular, "o que se diz nem sempre se escreve". Ou seja: fala e escrita *dizem* o que dizem de formas diferentes; às vezes, a ponto de parecerem línguas diferentes, demandando "traduções". Reconhecer essas diferenças e dominar uma e outra formas de expressão é uma aprendizagem essencial para a vida em sociedade. Sem ela, a decodificação do escrito reduz-se a uma atividade mecânica, esvaziada do sentido que todo uso da língua tem. E o mundo da escrita torna-se, para o aprendiz, uma paisagem definitivamente inóspita.

Moral da história: se quiser cumprir o papel que dele se espera, o livro didático destinado à alfabetização deve possibilitar a alunos e professores *experiências significativas* em leitura e produção de textos, capazes de *recriar*, nas práticas de sala de aula, os objetivos e as condições de uso próprias da escrita na vida social. Deve, ainda, contar com atividades que conduzam o aluno a uma sistemática reflexão sobre a natureza alfabética da escrita, de modo a garantir-lhe a apreensão das correspondências que se estabelecem entre a pauta sonora da língua e os grafemas.

Finalmente, convém lembrar que o livro didático deverá, ele próprio, *fazer parte* do letramento do aluno. Será preciso, então, que ele o *convença e conquiste como livro*, exatamente como os livros de histórias e as revistinhas.



Foto: acervo pessoal  
EGON DE OLIVEIRA RANGEL - Professor do Departamento de Linguística da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

## DICIONÁRIO da ALFABETIZAÇÃO

### Cultura Escolar

Nos últimos 20 anos, o interesse pela experiência dos sujeitos sociais atingiu de forma contundente as investigações no campo educacional. Não apenas colocou administradores, professores e alunos no âmago das análises sobre a escola e a escolarização, ampliando o leque das abordagens pela consideração às escolhas nem sempre conscientes que realizaram, mas, principalmente, propiciou rever o binômio escola-cultura sob outro prisma que o da transmissão cultural. Sob esta nova perspectiva analítica, a escola precisou ser invadida, perscrutada na internalidade dos processos que construía, interrogada nos modos como traduzia as demandas sociais em ações escolares e nas

formas como organizava, classificava e geria seu cotidiano.

O surgimento da categoria **cultura escolar** ofereceu visibilidade a essas operações, pela sensibilização para a análise do conjunto de normas e práticas vigentes na instituição; pela atenção à produção de corporeidades e subjetividades, por meio da frequência a espaços e tempos escolares e das relações tramadas entre gerações, etnias e gêneros; pelo destaque às estratégias de escolarização de saberes sociais e de criação de práticas escolares. Por um lado, os estudos colocaram em relevo a especificidade da **cultura escolar**, reconhecendo, entretanto, que aos diferentes níveis e modalidades de ensino correspondem

**culturas escolares** distintas (o que leva a existir uma cultura escolar primária, secundária, profissional, entre outras). Por outro, suscitaram interrogações acerca dos desdobramentos sociais e políticos do progressivo processo de institucionalização da escola, ampliando o acesso e a permanência dos sujeitos no seu interior.

O recurso à **cultura escolar**, assim, vem instigando a compreender a escola como local de constante negociação entre o imposto e o praticado e, mesmo, de gestação de conhecimentos e fazeres que retornam à sociedade como práticas culturais ou como desafios que exigem regulação no âmbito educativo.

DIANA GONÇALVES VIDAL - Professora titular em História da Educação na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo





# Ler é o melhor remédio

Poema inspirou professora a criar projeto de ensino de gêneros textuais divertido e inovador

por Ana Carolina Martins

Ao navegar pela Internet, a professora Juliana Fraga se deparou com o texto "Ler é o melhor remédio!", atribuído a Luis Fernando Veríssimo, e encontrou a inspiração que procurava para inovar as aulas da turma do 3º ano da Escola Municipal Dona Marucas, em Lagoa Santa (MG). O texto propõe a leitura de diferentes textos, como reportagens, histórias em quadrinhos e bulas de remédio. Para mostrar às crianças o quanto o universo da escrita está profundamente inserido no cotidiano, a professora adaptou a poesia original, incluindo ainda mais sugestões de textos: cupons fiscais, contas de luz, catálogos telefônicos, páginas de calendário, livros de receitas e convites de aniversário.

A versão adaptada serviu como guia para o trabalho realizado ao longo do ano, em que a professora mostrou às crianças como identificar diferentes tipos textuais, ao destacar as peculiaridades de cada um. "Muitos alunos não sabiam que existiam tantos gêneros textuais e nem conheciam seus objetivos", revela Juliana. "Procurei esclarecer que tudo aquilo que comunica uma mensagem é um texto e mostrei que o processo de leitura é abrangente, interativo e que envolve aspectos como a relação do texto com as imagens".

A professora levou para as aulas e mostrou aos alunos

exemplos de textos de todos os gêneros citados, priorizando sempre atividades de interpretação e compreensão. Preocupou-se também em trabalhar aspectos relacionados à navegação e à disposição das informações nos textos. Para ensinar como realizar a leitura de uma conta de luz, por exemplo, Juliana mostrou aos alunos o que significavam informações como a data de emissão, o CNPJ do cliente e o nome da empresa que fornece energia. No estudo da bula do remédio, procurou esclarecer os vocábulos desconhecidos. E, quando foi a vez da receita culinária, tornou o projeto ainda mais envolvente, propondo atividades práticas, como o preparo de sucos.

Depois de entenderem as especificidades de cada gênero, os alunos foram incentivados a produzir seus próprios textos, seguindo modelos aprendidos. Os textos produzidos foram compartilhados entre os alunos, que leram as produções dos colegas de classe. "O trabalho não apenas melhorou as habilidades de escrita dos alunos, mas despertou neles o gosto pela leitura", conta Juliana. Agora, a professora espera que cada criança siga o conselho indicado no poema original: "leia o que lhe der na telha".

## Reconto em cena

Interpretação da personagem Bruxa Onilda transforma hábitos de leitura em Lagoa Santa

por Laura Ribeiro Araújo

"Eu, Bruxa Onilda, quando jovem, era uma mulher lindíssima. Andava sempre muito elegante e, por isso, tinha muitos pretendentes". Esse trecho, extraído do livro *O Casamento da Bruxa Onilda* (2004), deu início ao projeto de contação de histórias de Márcia Freitas, professora do Núcleo de Alfabetização e Letramento de Lagoa Santa e responsável pela biblioteca da Escola Municipal Herculano Liberato de Almeida. Há dois anos, a professora decidiu, por acaso, interpretar o papel da bruxa – algo que ela nunca havia imaginado antes e que acabou transformando os hábitos de leitura na escola.

"Hoje, o maior castigo para nossos alunos seria proibi-los de irem à biblioteca", explica Márcia. O projeto começou quando uma professora do primeiro ano levou *O Casamento da Bruxa Onilda* para a escola e pediu a Márcia que contasse a história para sua classe. Ela se vestiu de bruxa, colocou uma peruca e logo se tornou referência para os alunos do Herculano. "O projeto dela é simples: Márcia vai para a biblioteca, interpreta a personagem e conta as histórias. Eles amam!", explica a diretora Ivânia Lins Ferreira.

Mas o projeto não se limita à contação e à encenação das histórias. Também acabou resultando na reestruturação do espaço da biblioteca, que foi redecorado com tapetes e almofadas coloridas e ficou mais descontraído para as crianças. Além disso, a biblioteca foi dividida em seções exclusivas para alunos do 1º ao 5º ano e para alunos do 6º ao 9º ano, de acordo com o tipo de literatura. "Os meninos gostam de visitá-la, de olhar e folhear os livros. Durante a semana, todos os horários já estão reservados pelas turmas da escola", conta Márcia. O acervo é frequentemente atualizado, o que mantém ativo o interesse das crianças.

Ao longo do ano, a escola promove competições de reconto de história, durante as quais os alunos podem interpretar seus livros favoritos. No ano passado, a turma vencedora ganhou uma festa, como explica Márcia: "Os vencedores organizaram o casamento da Bruxa Onilda: uma festa mesmo, com doces e até um marido para a noiva!". O projeto não tem previsão de término e, se depender de Márcia, continuará por um longo tempo.

## Da Livrolândia direto para Lagoa Santa

Professora interpreta personagem que vive no mundo dos livros para mostrar às crianças a importância da renovação do acervo

por Ana Carolina Martins

Toda vez que uma nova remessa de livros chega à biblioteca da Escola Municipal Professora Claudomira, em Lagoa Santa, os alunos já sabem quem vai fazer a entrega: a personagem Livrolina! Nascida na Livrolândia, uma terra onde as atividades favoritas dos moradores são ler livros e contar histórias, Livrolina é interpretada, desde 2008, pela professora do Infantil II Lucinea Maria Gomes.

Encontrar Livrolina circulando pela escola é um episódio raro. Suas visitas acontecem quando o acervo da biblioteca se renova, com a chegada de novos livros por meio de doações ou do Programa Nacional Biblioteca da Escola. "Se a Livrolina aparecesse o tempo todo, a brincadeira perderia um pouco da magia. Ela nos visita em momentos especiais. E os alunos já perceberam que qualquer acontecimento envolvendo histórias e livros é especial", explica Lucinea.

A professora conta que a ação de Livrolina que mais marcou os alunos aconteceu em 2010, ano em que a Copa do Mundo foi realizada na África do Sul. A professora e alguns membros da direção da escola decidiram fingir que Livrolina tinha ido à África do Sul e vencido o Campeonato Mundial de Livros, uma disputa na qual ganhava quem conseguisse ler mais livros. O prêmio era uma grande quantidade de livros, que Livrolina decidiu doar à biblioteca da Escola Municipal Professora Claudomira. No dia de seu retorno ao Brasil, todos os alunos da escola foram levados ao Aeroporto de Confins para recepcionar e parabenizar a personagem. Lucinea percebeu o quanto a ação motivou as crianças: "Elas chegavam na biblioteca e falavam: 'Eu quero o livro que veio da África! Eu quero um dos livros que a Livrolina ganhou!'".

Até hoje, sempre que a personagem traz um novo livro, tem festa na escola. Normalmente, o evento acontece na biblioteca e é animado pelas histórias contadas por Livrolina. Lucinea acredita que transformar a chegada das obras literárias em um momento festivo ajuda a despertar nas crianças o interesse pela literatura, ao mostrar-lhes que a leitura, além de importante, também é divertida.



# Língua é som

Para maioria das crianças, consciência fonológica é a etapa mais difícil do processo de aprendizagem da escrita. Conheça algumas práticas que ajudam a desenvolver a habilidade

por Bianca de Andrade Martimiano



Durante o processo de aprendizagem da escrita, muitos alunos acham difícil compreender a relação entre som e grafia. E com razão. Segundo a fonoaudióloga e professora da Universidade do Estado de Santa Catarina Dalva Maria Alves Godoy, nos últimos 40 anos, as pesquisas nas áreas de Fonoaudiologia e Educação assinalaram que desenvolver a consciência fonológica é o maior desafio para crianças em fase de alfabetização. O professor tem papel importante no processo e pode ajudar os alunos a superar as dificuldades por meio do acompanhamento e do desenvolvimento de atividades específicas, como brincadeiras envolvendo rimas e comparação de palavras.

## Consciência fonêmica: a parte mais complexa

A percepção dos sons, ou consciência fonológica, é a habilidade de perceber a estrutura sonora das palavras ou de partes delas. O desenvolvimento da consciência fonológica envolve o domínio de diversas habilidades, como a percepção das rimas e a segmentação em sílabas, mas, como afirma a pesquisadora e professora da Faculdade de Educação da UFMG Sara Mourão Monteiro, "é a consciência fonêmica a parte mais complicada e fundamental desse processo". Isso porque, para que a criança aprenda a ler e a escrever plenamente, é necessário que ela consiga representar os fonemas. "Essa etapa da aprendizagem é importante porque, em nosso sistema de escrita, os sinais gráficos representam os sons, não o significado do que é falado, e pode demorar um pouco até que a criança entenda isso", explica Sara Mourão. Por ser abstrato, o fonema só pode ser aprendido com a indicação de alguém que já tenha sido alfabetizado.

## Controvérsias

A consciência fonológica tem sido largamente discutida entre pesquisadores. Ela divide opiniões com relação ao período em que as crianças de fato compreendem que a palavra é som. Segundo Ana Ruth Miranda, os pesquisadores se dividem em três posições: há aqueles que acreditam que a consciência fonológica precede a aprendizagem da escrita, aqueles que acreditam que a criança desenvolve a consciência fonológica a partir da aquisição da escrita e, ainda, os que defendem que há uma influência mútua entre o domínio da escrita e a compreensão da natureza sonora da língua.

## »» Atividades para desenvolver a consciência fonológica

Apesar das controvérsias (leia o box abaixo), é possível delinear três etapas de aprendizagem da consciência fonológica. Cada uma delas estaria ligada a um dos seguintes níveis de percepção: o das rimas, o das sílabas e o dos fonemas. Conheça algumas atividades que podem simplificar a aprendizagem das crianças nessas três etapas:

### 1 Etapa da percepção de rimas

A percepção dos sons começa com a percepção das rimas. Nessa etapa, a criança percebe que o som de uma palavra pode combinar com o de outras. A pesquisadora do Departamento de Fonoaudiologia da UNESP Simone Aparecida Capellini destaca que, para ajudar a criança no desenvolvimento da consciência das rimas, é interessante trabalhar com palavras, canções, poemas e aliterações. "O professor deve ajudar a criança a desenvolver a linguagem oral, porque é da oralidade que deriva a linguagem escrita. Para isso, a reflexão sobre a dimensão sonora da linguagem precisa ser incentivada, seja conversando com os alunos ou estimulando-os a contar histórias", completa Dalva.

### 2 Etapa da percepção das sílabas

O segundo nível, em que a criança percebe que a palavra pode ser segmentada em sílabas, exige um desenvolvimento cognitivo maior que o anterior. Nesse momento, é interessante propor atividades que levem a criança a perceber que a mesma sílaba pode estar presente em diferentes palavras. Para Simone Capellini, essas atividades acionam um mecanismo interativo de memória e fazem com que a criança comece a compor e a decompor palavras, a partir de sílabas que já conhece.

### 3 Etapa da percepção fonêmica

Na terceira etapa, em que há o desenvolvimento da consciência fonêmica, os exercícios de análise e comparação de palavras têm papel importante, pelo fato de os fonemas serem categorias abstratas e sem sentido, se observadas fora de contexto. A professora e pesquisadora da Universidade Federal de Pelotas Ana Ruth Moresco Miranda sugere que o professor estabeleça comparações entre pares de palavras – como "faca" e "vaca" e "pomba" e "bomba" – que, inseridas em frases diferentes, permitirão que a criança reconheça a mudança de sentido causada pela alteração do fonema. "É importante que sejam desenvolvidas atividades que levem os alunos a prestarem atenção na forma da palavra, para que possam monitorar sua escrita", sugere a professora.

### Continuidade

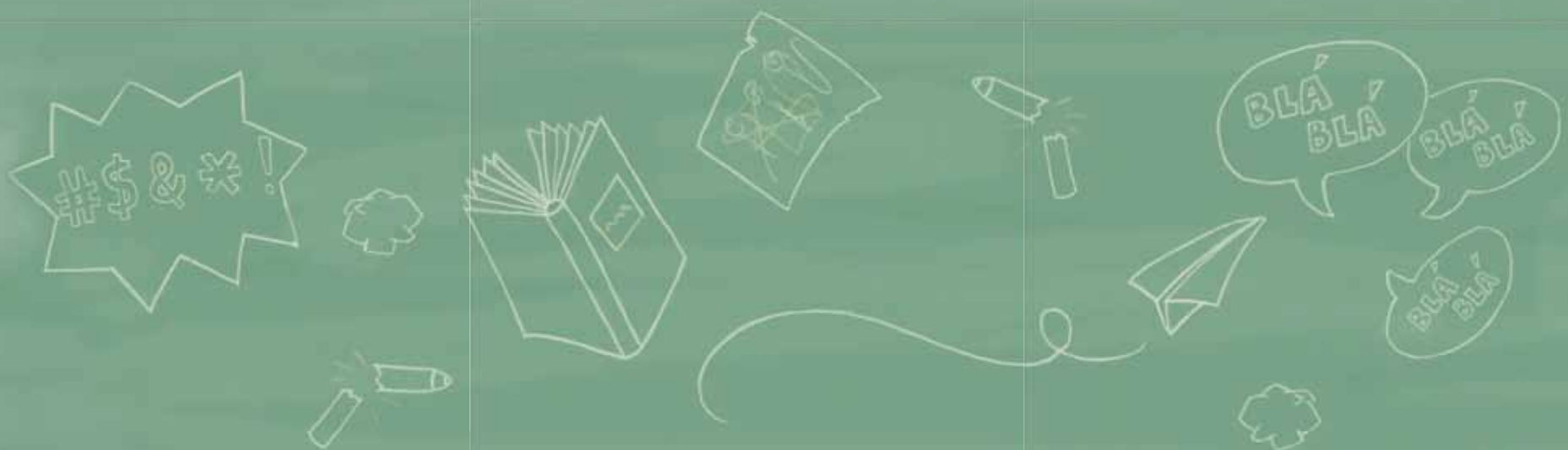
Mesmo depois que a criança aprende a ler e a escrever, é importante continuar a propor atividades para desenvolver a percepção dos sons, como a leitura oral e o ditado de palavras e pequenos textos. "Quando a criança faz a leitura oral, ela trabalha com as informações visual e auditiva de forma simultânea. O ditado também é interessante, porque trabalha a relação de conversão do sinal acústico para o sinal visual", explica Simone Capellini. Dar espaço para que o aluno exponha suas hipóteses linguísticas também é fundamental. É o que recomenda Ana Ruth Miranda: "Em qualquer tipo de atividade, é importante que a criança tenha espaço para manifestar suas dúvidas e expor suas hipóteses sobre a estrutura sonora que quer representar por meio da escrita".



# É hora de conversar

Psicólogos alertam: punir severamente alunos mal comportados não impede que atos de indisciplina se repitam. É preciso abrir espaço para o diálogo

por Ana Carolina Martins



Conversa fora de hora, dever de casa incompleto, resposta malcriada, degradação do patrimônio da escola e, em casos mais extremos, manifestações de violência física e verbal. São situações que os educadores vivenciam diariamente. Para controlar o mau comportamento dessas crianças – chamadas de indisciplinadas –, os professores recorrem a diversas formas de punição: chamam a atenção do aluno na frente da turma, enviam ocorrência por escrito para casa, tiram pontos, convocam reunião com os pais da criança ou passam a lhe destinar menos atenção e afeto.

No entanto, além de provocar a aversão do aluno à escola, a punição pode não fazer efeito algum. Segundo a professora de Psicologia Escolar da Faculdade Newton Paiva, Margaret Couto, a melhor saída é apostar no diálogo para levar o aluno a se assumir como responsável pelas suas atitudes: "Normalmente, as escolas estabelecem penalidades para comportamentos desviantes, mas abrem pouco espaço para a conversa. Esse modelo tende a fracassar porque, mesmo depois da punição, os maus hábitos podem se repetir. O ideal é que o professor abra espaço para que o aluno construa uma explicação para justificar o comportamento inadequado", defende.

O diálogo tem, ainda, outra vantagem sobre a punição: ao conversar com o aluno, o professor ou psicólogo escolar pode decifrar o que a criança quis dizer com a atitude transgressora. "Partimos do pressuposto de que toda postura inadequada possui um valor de linguagem, isto é, significa algo. Sempre há uma razão para que o aluno aja fora do padrão escolar", explica Margaret Couto. Uma vez compreendidas as causas da indisciplina, o professor estará preparado para decidir qual a forma mais adequada de intervir e de impor sua autoridade.

## A dose certa da autoridade

"A autoridade tem mais relação com o amor e com o respeito pelo professor do que com a imposição de regras caprichosas". É no que acredita Margaret Couto. Segundo a especialista, o professor precisa conquistar os alunos pela via afetiva para tornar a experiência da aprendizagem interessante e positiva.

Estabelecer uma interação pautada pela afetividade, entretanto, não significa afrouxar os limites da relação professor-aluno. O psicanalista e professor da UFMG Marcelo Pereira defende que é fundamental que o educador encontre a medida certa de sua posição de autoridade: "Se o professor se iguala aos alunos, perde seu lugar de referência. Ele tem que ter domínio da posição na hierarquia da classe".

Manter a assimetria dos papéis é uma estratégia importante para que o professor consiga driblar um dos maiores desafios do ensino na educação infantil: a excitação das crianças pequenas. Por serem biologicamente mais emocionais que racionais, elas ainda não internalizaram as noções de ordem e disciplina. É o que explica o psicólogo e também professor da UFMG Lincoln Coimbra Martins: "O educador acaba precisando produzir externamente situações que exijam ordem, pois a noção de organização ainda não existe nos alunos". Para acalmar os ânimos na sala de aula, o especialista sugere estratégias de organização do espaço, como a formação de filas e a realização de atividades com tempo de duração pré-determinado. Mas adverte: é preciso dosar o controle sobre a turma, deixando uma margem para a liberdade: "A tutela excessiva impede que o aluno internalize a questão da disciplina, pois ele fica controlado por regras que são impostas pelos outros, que vêm de fora".

## Um pouco de desordem não faz mal a ninguém

Muitas atitudes encaradas como mau comportamento podem ser apenas formas de expressão da personalidade e dos interesses do aluno. A indisciplina pode ser expressão de um sentimento de inadequação a um padrão escolar rígido: "O modelo atual de organização normativa da escola não atende a todos. Aqueles que não se sentem adequados manifestam sua indisposição de alguma maneira. Uma delas é através da indisciplina", explica o professor Marcelo Pereira.

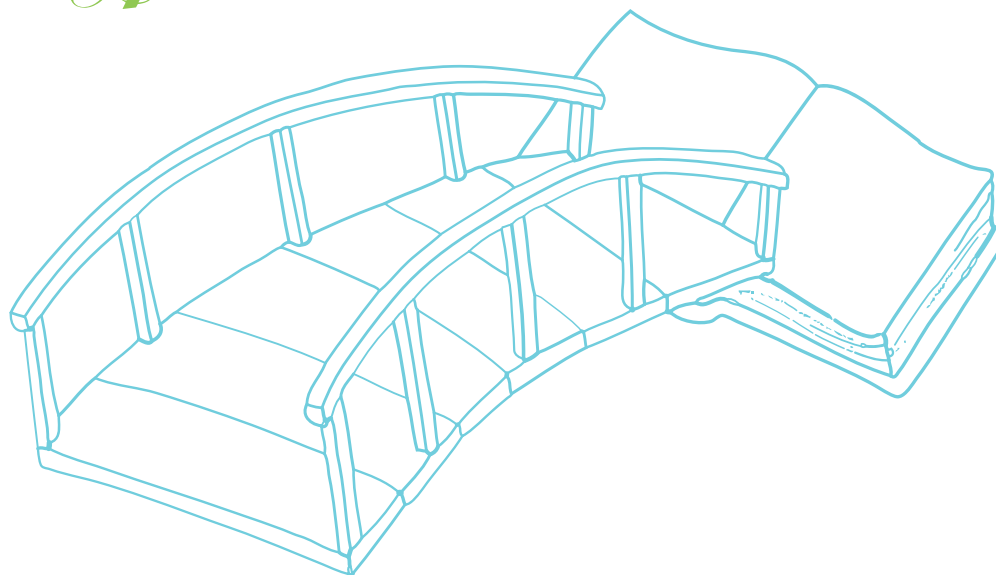
Segundo Margaret Couto, não é comum – e nem recomendável – que o aluno vá para a escola e apenas receba passivamente os conhecimentos. "Ele tem que interrogar as autoridades e se expressar. É importante que todos tenham a chance de questionar os valores, as autoridades, as normas pré-estabelecidas. Inclusive, esse processo é essencial para que a cultura continue avançando e se adaptando", esclarece.



# Ponte literária

Mediador é peça fundamental para garantir que o leitor iniciante conheça todo tipo de literatura

por Laura Ribeiro Araújo



Em meio aos mais de 129 milhões de livros publicados até hoje ao redor do mundo, fica difícil ler e conhecer de tudo. A tarefa é ainda mais complicada para as crianças, que não dominam completamente o alfabeto e que possuem pouca experiência de leitura. Os jovens leitores podem ficar perdidos diante das inúmeras possibilidades literárias – boas e ruins – que surgem todos os dias em bibliotecas, livrarias, escolas e até mesmo em casa. Esse é o momento em que o mediador de leitura entra em cena e orienta os iniciantes, possibilitando a expansão de seus horizontes literários.

"O mediador ensina a olhar as imagens dos livros, a conhecer a autoria dos textos, o estilo de cada autor, a reparar

nas temáticas. Ele sensibiliza o pequeno leitor para as relações entre o que ele lê e o que ele experimenta em sua vida e na das pessoas com as quais convive", explica a professora da Faculdade de Educação da UFMG Mônica Correia. Para ela, orientar as escolhas literárias da criança não significa limitar seu leque de possibilidades ou impor as preferências do mediador. Muito pelo contrário: "O papel do mediador é exatamente o de ajudar a criança a construir critérios de avaliação para que, num futuro próximo, ela possa realizar, com independência e confiança, suas próprias escolhas".

Pais, familiares, amigos, professores e bibliotecários podem auxiliar a criança na escolha de seus livros, mas o ideal é a ação conjunta entre esses mediadores. "Sabemos que os professores são, depois dos pais, as pessoas que mais influenciam os pequenos leitores. No entanto, o bibliotecário pode atuar como um coeducador, trabalhando em parceria com professores e pais para mediar a leitura", acredita a bibliotecária da Faculdade de Direito da USP - Ribeirão Preto, Ednéia Santos Rocha.

## Na sala de aula

A mestre em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Goiás e especialista em formação de leitores, Meirilayne Ribeiro, afirma que o papel do professor é intervir para que a criança amplie suas referências literárias e seja capaz de ler e compreender qualquer gênero. Segundo ela, à medida que a criança passa a conhecer outros gêneros, sua experiência se amplia e ela se sente estimulada a buscar diferentes tipos de livros. "Há inúmeras estratégias para oferecer leituras variadas, mas o fundamental é ler com e para a criança", defende.

O doutor em Estudos Literários pela UFMG, Márcio de Melo, lembra a importância do respeito à liberdade de escolha dos alunos: "Precisamos estar atentos porque, de um modo ou de outro, estamos sempre interferindo nas escolhas literárias de nossos alunos. Mas não podemos nos esquecer de que a televisão, o cinema, os vídeo games e a internet são também agentes influenciadores desses novos leitores e, inevitavelmente, as crianças vão escolher livros influenciadas por essas mídias".

## O espaço da biblioteca

O papel do bibliotecário na mediação literária começa na própria organização do espaço da biblioteca. "A comunicação visual é um aspecto importante, não somente por uma questão estética, mas principalmente por facilitar o acesso do usuário aos materiais, o que proporciona uma melhor interação entre o usuário e a informação", explica Ednéia Rocha. A bibliotecária sugere, ainda, a organização das lombadas e estantes por cores, de modo que a criança se familiarize com a separação e encontre as obras com mais facilidade. Segundo Ednéia, a função do bibliotecário como mediador de leitura é bem semelhante à do professor: fornecer informações sobre os livros e pensar em estratégias que orientem o usuário a ler diferentes tipos de literatura, mas tomando sempre o cuidado de não impor suas escolhas.

Para a bibliotecária da Escola Municipal Professor Tabajara Pedroso, em Belo Horizonte, Sabrina Sanches, é imprescindível que o profissional responsável pela biblioteca observe o comportamento e as preferências das crianças e que demonstre interesse e disponibilidade para conversar e apresentar novos livros. Instituir atividades ou eventos na rotina da biblioteca, como o momento da contação de histórias, da leitura em voz alta, da dramatização de textos ou do teatro de fantoches também são boas ideias.



## Dentro de casa

Segundo Teresa Colomer, doutora em Ciências da Educação pela Universidade Autônoma de Barcelona e autora de mais de 150 livros e artigos sobre literatura infantojuvenil, o papel da mediação pode ser exercido primeiramente pelos pais, desde o nascimento da criança. "Os pais são os responsáveis pela conversão da criança em um ser humano integrado à cultura, a qual vem se tornando cada vez mais centrada na leitura e na escrita. Para alcançar o domínio da cultura escrita, é imprescindível que os pais facilitem o acesso dos filhos aos livros", explica. Mas a pesquisadora também reconhece que outros agentes de cultura são igualmente responsáveis pela tarefa: "Todos aqueles que estabelecem uma ponte de motivação, acesso material e aprendizado entre as crianças e a cultura escrita podem ser considerados mediadores". Teresa explica que é natural que as crianças desenvolvam preferências de leitura ao longo da vida, mas adverte que, se a criança não conhece determinado gênero, é possível que jamais o escolha.

# Qual é o seu método?

**Professores alfabetizam crianças com sucesso, mas não conseguem explicitar teorias de alfabetização. Especialistas problematizam a questão**

por Júlia Pelinson

Todos os dias, a primeira coisa que a professora Alice faz ao chegar à sala de aula é ler uma história para os alunos. Atentos, eles observam as figuras do livro e procuram interpretar a narrativa. Os jogos de palavras também já viraram rotina, e engajam toda a turma. Resultado: ao fim do ano, na sala da professora Alice, todas as crianças estão lendo e escrevendo.

Quando é chamada a refletir sobre seu trabalho, Alice enumera as atividades que realiza em sala, mas não consegue explicar com clareza o método de alfabetização que utiliza. Por fim, elege o projeto pedagógico da escola como seu "método" de ensino. Esse não é um caso isolado. Muitos professores alfabetizadores em todo o Brasil – mesmo os mais qualificados – encontram dificuldades para explicitar teorias sobre sua prática pedagógica.

O *Letra A* conversou com as alfabetizadoras das escolas que conseguiram os Ideb's (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) mais elevados dos estados do Amazonas, Tocantins, Ceará, Goiás, São Paulo, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul e as conclusões foram as mesmas: apesar de suas turmas apresentarem resultados positivos de alfabetização, a maioria das professoras não explicita a teoria por trás dos métodos que utiliza. Parte delas não soube responder com que método trabalha e parte confundiu método específico de alfabetização com metodologia, atividade ou projeto pedagógico, tratando, muitas vezes, esses três conceitos como sinônimos. Algumas professoras afirmaram que seguem políticas específicas desenvolvidas em seus municípios, mostrando que também colocam em prática procedimentos trabalhados em suas formações. De acordo com especialistas da área de Educação, a carência teórica sobre a questão metodológica da alfabetização é um problema que começa no curso de graduação em Pedagogia, que ainda é pouco especializado em alfabetização. O impasse continua nas escolas de educação básica, onde os professores são acostumados a trabalhar com princípios de todos os métodos de alfabetização, mas não sabem de onde vem cada um deles, qual a sua importância, quais as suas limitações e em que momento cada princípio deve ser trabalhado.

## Explicação para o sucesso

Na opinião dos especialistas, o motivo do sucesso da alfabetização dos alunos é a realização de atividades como a leitura diária e os jogos de palavras, praticadas com certa frequência pelas professoras entrevistadas. De fato, várias delas realizam brincadeiras com o alfabeto móvel. Elsilene Nogueira, da Escola Estadual Helena Araújo (AM), conta que, em sua sala de aula, costuma propor uma modalidade diferente de ditado de palavras no qual os alunos, em grupo, devem utilizar o alfabeto móvel para formar as palavras ditadas. O dominó de peças com letras e figuras – em que a letra de uma peça deve corresponder à letra inicial da figura da peça seguinte – é um dos jogos utilizados por Cristiane Batista, educadora da Escola Municipal Odete Valadares, em Lagoa Santa (MG), assim como o quebra-cabeça de palavras e as cruzadinhas.

A leitura também é parte fundamental do cotidiano dessas turmas. Segundo as professoras, o objetivo é despertar o interesse das crianças pelos livros e fazer com que, aos poucos, elas se familiarizem com o sistema de escrita. "Quando a gente menos espera, os alunos já estão lendo", conta Cristiane Batista, que prioriza o trabalho sistemático com consciência fonológica, a partir da leitura de textos do cotidiano dos alunos.

Todos os dias, a educadora da Escola Municipal Santa Rita de Cássia (PR) Leda Dal'lin leva algum texto para a sala de aula, lê livros infantis para os alunos e lhes mostra as ilustrações. A etapa seguinte é discutir a história com as crianças, estimulando a interpretação e a imaginação. Esse trabalho é repetido com os mais diversos gêneros textuais, tais como: revista, jornal, carta, crônica, poesia e peças publicitárias. Quando as crianças já estão preparadas, elas mesmas produzem um pequeno texto do gênero.

Talvez o mérito dessas professoras cujas turmas têm conseguido desempenhos tão bons em avaliações nacionais de alfabetização seja o fato de planejarem e executarem atividades de leitura que levam em conta os usos sociais da língua escrita e que, portanto, conciliam alfabetização e letramento. É o que pensa o pesquisador do Centro de Estudos em Educação e Linguagem (Ceel), Artur Gomes de Moraes. Para ele, a melhor forma de ensinar as crianças a ler é através do *alfabetizar letrando*. "Proponho aos professores que realizem, diariamente, atividades de explícita reflexão sobre as propriedades do sistema alfabético e que criem, também, a cada dia, situações de leitura ou de produção de textos", defende.

Além desse, outro fator é destacado pelos especialistas consultados pelo *Letra A* como responsável pelo resultado satisfatório das professoras: o trabalho com a consciência fonológica. No entanto, de acordo com a pesquisadora do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), Marlene Alexandroff, muitas professoras estão trabalhando a consciência fonológica das crianças sem ter clareza disso. "A consciência fonológica pressupõe um trabalho para que a criança se aproprie da relação som-escrita, processo essencial para a alfabetização, mas que não deve ser confundido com um método de ensino", explica. [\(Leia mais sobre consciência fonológica na página 05\)](#).

A professora Fátima Pereira, da Escola Municipal Beatriz Rodrigues da Silva (TO), conta que trabalha com características sonoras, por exemplo, principalmente a partir do método metafônico, que consiste em mostrar aos alunos que toda palavra possui uma sílaba tônica, seja ela acentuada graficamente ou não. Como explica Marlene Alexandroff, "o método metafônico prioriza a consciência da sílaba onde as palavras têm o som mais forte".



## Problemas

Ainda segundo Marlene Alexandroff, mesmo que as táticas de alfabetização utilizadas pelas professoras deem certo, é importante que o educador tenha consciência da metodologia que utiliza para que saiba fazer a intervenção necessária quando as táticas usuais não funcionarem. Existe uma classificação, por exemplo, que difere os jogos realizados em sala de aula quanto à função que eles têm na aprendizagem das crianças. O formador deve saber em que momento propor

cada brincadeira. "É como uma receita: se você conhece os ingredientes, mas não sabe a dosagem, nem quando usá-los, ora a receita pode dar certo, ora pode dar errado", explica.

A professora do Departamento de Teoria e Prática da Educação da Universidade Estadual de Maringá (PR), Maria Angélica Olivo, ressalta como o trabalho dos alfabetizadores tem sido realizado de forma mecânica: "Os professores têm apenas a técnica. Sabem realizar atividades importantes

para a alfabetização, mas não sabem quais aspectos da linguagem estão trabalhando em cada uma delas".

Outro problema vem do fato de as equipes pedagógicas das Secretarias de Educação sofrerem mudanças a cada quatro anos. Segundo Maria Angélica, com a troca de equipes, mudam também as diretrizes de alfabetização. Resultado: o professor que está realizando um bom trabalho não consegue defender a própria metodologia e é obrigado a seguir outra.

## Para entender os métodos

Historicamente, existem dois grupos de métodos de alfabetização, ambos chamados de tradicionais. Um deles é o dos métodos sintéticos, cujas unidades linguísticas de análise são as letras, os fonemas ou as sílabas. Partindo prioritariamente de cada uma dessas unidades, espera-se que a criança aprenda que, juntando essas unidades, formam-se palavras, frases e textos. O segundo grupo, dos chamados métodos analíticos, surgiu como

uma crítica aos métodos sintéticos, considerados mecanicistas, baseados na simples decodificação de palavras. Os defensores dos métodos analíticos acreditam que, para que uma pessoa seja alfabetizada, é necessário que ela compreenda o significado das palavras, das frases e dos textos, o que seria difícil em um estudo fragmentado. O trabalho com métodos analíticos é baseado, então, na interpretação textual e no significado que os textos trabalhados têm para vida dos alunos.

### MÉTODOS SINTÉTICOS

#### ALFABÉTICO

É o método predominantemente usado até o início do século XX, quando foram se instituindo os demais métodos de alfabetização. Consiste em apresentar ao aluno as partes mínimas da língua escrita, as letras do alfabeto, para depois apresentar as sílabas e, mais tarde, as palavras. Uma etapa só se inicia quando o aprendiz já tiver domínio dos processos da etapa anterior.

#### FÔNICO

Neste método, o fundamental é ensinar a relação entre som e escrita. O professor começa ensinando os sons das vogais e, em um momento posterior, das consoantes. A parte mais complexa é ensinar que um mesmo grafema possui diversos fonemas (como /s/ em sapato e música), além das variações dialetais da pronúncia (como a palavra "tomate", pronunciada como "tumatchi" em várias regiões do Brasil).

#### SILÁBICO

Neste método, a sílaba é a unidade principal. Inicialmente, o professor deve apresentar ao aluno as sílabas "simples" (com duas letras) e, em seguida, as "complexas" (com mais de duas letras). O passo seguinte é mostrar que outras palavras podem ser formadas a partir das sílabas já trabalhadas (como no exemplo: nada, pata = napa) e, finalmente, pequenas frases e textos também.

### MÉTODOS ANALÍTICOS

#### PALAVRAÇÃO

O ponto de partida deste método é a memorização da configuração gráfica da palavra. Com o tempo, após ser apresentada a diferentes vocábulos, a criança adquire um banco mental de palavras que, posteriormente, aprende a decompor em sílabas. Para facilitar a memorização gráfica, as palavras são apresentadas aos alunos juntamente com figuras que representam seu significado.

#### SENTENÇAÇÃO

Este método segue a mesma lógica da palavração, com a diferença de que a unidade trabalhada é a sentença, e não a palavra. Depois de compreendida, a sentença é decomposta em palavras e, posteriormente, em sílabas.

#### GLOBAL DE CONTOS

Também chamado de "global das historietas", este método parte do texto como unidade de análise e o decompõe gradativamente em sentenças, palavras e, finalmente, em sílabas. Quando os alunos já estão familiarizados com diversos contos e podem interpretá-los é que se começa a fragmentação em partes menores.

#### NATURAL

A diferença entre este método e o global é que, enquanto o segundo privilegia a leitura, o primeiro privilegia a escrita: uma produção "espontânea" de textos. A partir do repertório de palavras adquirido pelo contato com histórias, os aprendizes são incentivados a escrever suas próprias sentenças, substituindo as palavras ainda não conhecidas por desenhos.

#### IMERSÃO

Este método parte do princípio de que o aluno se alfabetiza quando está imerso no mundo da escrita, inserido em situações ou atividades reais de leitura e escrita, como a redação de um bilhete, uma carta etc. O método se aproxima do natural, mas a intervenção do professor é bem menor, pois se acredita que a criança aprenderá a língua escrita espontaneamente, quando for necessário usá-la.

## E O CONSTRUTIVISMO?

Amplamente difundida no Brasil, a teoria do construtivismo, também chamada de psicogênese da escrita, foi formulada e apresentada em 1979 pelas pesquisadoras Emília Ferreiro e Ana Teberosky. O construtivismo defende que, para que um professor decida como alfabetizar seus alunos e quais serão as possíveis adaptações que fará durante o percurso, ele deve entender, antes de tudo, como a criança conceitua o sistema de escrita, até consolidar o conhecimento sobre a língua escrita. Como define a pesquisadora do Ceale Isabel Frade, "trata-se de uma teoria

psicológica aplicada à compreensão do percurso vivenciado pela criança na tentativa de compreender como a escrita funciona".

Segundo as autoras da teoria, o processo de aprendizagem depende do contato que o aprendiz teve com a escrita antes de entrar na escola, do qual o professor deve estar ciente. Depende também da lógica de raciocínio de cada criança, que, no contato com material escrito, produz hipóteses sobre como representar a linguagem escrita até que consiga acertar. Por isso, é importante que o aluno

seja incentivado a não ter medo de se expressar e de errar. Além disso, o aprendizado da leitura e da escrita deve ser feito com materiais que representem seus diversos usos na sociedade em que as crianças vivem.

Isabel Frade explica, ainda, que, "apesar de o construtivismo adotar princípios gerais dos métodos natural e de imersão, ele reconhece a necessidade de abordar unidades menores de análise, como a letra, o fonema ou a sílaba". A teoria não cria nem defende, portanto, nenhum método específico.

### O que pensam os especialistas em métodos

Artur Gomes de Moraes critica os métodos tradicionais, afirmando que são centrados em um ponto de vista adulto. Uma vez que a criança não pensa sobre palavras, sílabas e letras tal como um adulto, seria impossível conceber que o aprendiz compreende previamente que letras e sílabas substituem os sons da língua falada, como nos métodos alfabético e silábico, respectivamente, e que os fonemas já existem como unidades em sua mente, como no método fônico. Além disso, segundo o pesquisador, no caso dos métodos analíticos, trabalha-se com textos artificiais e de baixa qualidade literária. Para ele, apenas na virada do milênio é que se delinham mais claramente certas propostas construtivistas que lhe parecem poder substituir os velhos métodos.

Isabel Frade, que também defende o "alfabetizar letrando", não possui uma opinião rígida com relação aos métodos tradicionais porque, segundo ela, hoje se trabalha com princípios linguísticos herdados desses métodos. Cada unidade tem sua relevância: a letra, a sílaba, o texto. Por isso, de acordo com a pesquisadora, é essencial que o professor conheça a história da alfabetização no Brasil e saiba diferenciar os métodos e metodologias de alfabetização. Ele deve compreender por que alguns métodos entraram em desuso, mas também qual aspecto deles continua sendo importante. "Ao longo dos anos, o conteúdo produzido sobre alfabetização foi ampliado. As concepções sobre como a criança aprende mudaram, mas as unidades linguísticas que são objeto de análise (texto, palavra, sílaba, fonema) permaneceram as mesmas, ainda que hoje não haja sequências pré-determinadas, nem unidades exclusivas", explica Isabel Frade.

### Não é tão fácil formar alfabetizadores

Afinal, por que os professores alfabetizadores não conseguem explicitar as teorias pedagógicas em que se baseiam? Por que citam conceitos específicos, como "formação de leitores", "letramento" e "consciência fonológica", sem explicitar o porquê de realizarem ações pedagógicas de diferentes orientações? De acordo com Maria Angélica, o fato é decorrente da baixa carga horária de disciplinas sobre alfabetização nos cursos de Pedagogia. Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que define e regulariza o sistema de educação brasileiro, instituiu que, para trabalhar no ensino infantil, não seria mais aceita a habilitação em Magistério. Os futuros professores deveriam passar por uma formação superior, isto é, se graduar em Pedagogia. Da mesma maneira, aqueles formados apenas no Magistério só poderiam exercer a profissão até o ano de 2012.

O problema é que, até hoje, os cursos de Pedagogia não se adequaram à medida, que foi instituída pelo governo com a intenção de melhor qualificar a formação dos docentes em Educação Infantil. "Na Universidade onde leciono, ofertamos três disciplinas específicas de alfabetização, e ainda é pouco", conta Maria Angélica. O conteúdo sobre alfabetização é muito extenso para ser incluído no curso de diretriz generalista que é o de Pedagogia, do qual o profissional sai habilitado a dar aula sobre uma série de matérias até o quinto ano do Ensino Fundamental e ainda pode assumir outras funções como, por exemplo, a de coordenador pedagógico. Aqueles que decidem se tornar professores alfabetizadores necessitam, portanto, de uma formação mais aprofundada, como aponta a especialista: "Após a graduação, ainda cabe aos profissionais buscar uma especialização na área em que querem atuar, já que o curso superior não oferece isso".

Isso sem contar que os aspectos práticos também devem ser trabalhados durante o curso de Pedagogia. Maria Angélica afirma que é importante para os alunos conhecer o ambiente onde irão trabalhar, participar de programas que façam uma articulação entre teoria e prática. Um deles é o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), que insere os estudantes de Pedagogia no contexto das escolas públicas brasileiras, onde eles aprendem a desenvolver atividades didático-pedagógicas com as crianças.

Isabel Frade concorda com Maria Angélica sobre o desconhecimento dos professores alfabetizadores a respeito dos métodos. Para ela, o problema é decorrente de um movimento que se evidenciou no final da década de 1980 e início da década de 1990 – a perda de especificidade da discussão sobre metodologias de alfabetização, em função do construtivismo: "A partir da década de 1990, abandonou-se as discussões de métodos de alfabetização, taxando-os de tecnicistas, porque cada método trabalhava um aspecto linguístico específico, em sequências rígidas, que não respeitava o desenvolvimento conceitual das crianças. Iniciaram-se debates sobre como esses princípios linguísticos poderiam ser trabalhados juntos na organização do ensino e na relação com os conceitos construídos pelas crianças".

Desde aquela época, os projetos pedagógicos ganharam força e se tornaram organizadores das atividades realizadas pelos professores alfabetizadores. Os educadores passaram a trabalhar, ao mesmo tempo, com diferentes estratégias de ensino.

Diante da tendência atual de trabalhar com uma didática geral que cabe para todos os objetos de ensino e de aprendizagem, os professores se acostumaram a não assumir posições metodológicas rígidas nas escolas. O equívoco é achar que ensinar aos professores as atividades do projeto pedagógico de uma escola é suficiente para produzir uma reflexão sobre aspectos teóricos específicos da alfabetização. Do ponto de vista da alfabetização, eles são preparados para utilizar desde o princípio mais antigo – a letra, do método alfabético – até as ideias mais divulgadas recentemente que defendem o trabalho com a consciência fonológica.

Outro problema apontado pela especialista é que a autonomia que os professores têm para alfabetizar as crianças à sua maneira, realizando as atividades que julgam ser melhores ou com as quais estão mais familiarizados, sem trocas mais coletivas com seus pares sobre princípios gerais que unem as experiências, dificulta a compreensão sobre os princípios que regem suas escolhas. Isso ocorre exatamente porque as questões teóricas que envolvem as metodologias de alfabetização são amplas e pouco discutidas nas escolas. O resultado é que o vasto leque de possibilidades metodológicas, que deveriam ser utilizadas em situações específicas, é aplicado aleatoriamente.

## Diversão pedagógica

Um ponto em comum nos relatos e experiências das professoras entrevistadas é o trabalho com jogos de alfabetização criados por elas mesmas e também a partir do repertório oferecido por políticas públicas. Recomendada por muitos especialistas como um material de alta qualidade, a caixa conhecida como "jogos de alfabetização" foi desenvolvida pelo Centro de Estudos em Educação e Linguagem (Ceel) da Universidade Federal de Pernambuco e é distribuída pelo MEC para escolas públicas de todo o Brasil desde 2009. O manual didático que acompanha a caixa propõe e explica uma série de jogos, descritos como "poderosos aliados para que os alunos possam refletir sobre o sistema de escrita, sem, necessariamente, serem obrigados a realizar treinos enfadonhos". As brincadeiras são classificadas em três grupos, que aumentam gradativamente em complexidade: jogos fonológicos, jogos de reflexão sobre os princípios do sistema alfabético e jogos de consolidação das correspondências grafofônicas. Veja, a seguir, alguns exemplos:



### Jogos fonológicos

São aqueles em que os alunos são levados a refletir sobre as semelhanças e as diferenças sonoras entre as palavras.

#### Bingo de Palavras

- 1** Cada jogador ou dupla de jogadores recebe uma cartela com figuras
- 2** A professora sorteia uma ficha do saco e lê a palavra escolhida em voz alta
- 3** Os jogadores que tiverem, em sua cartela, uma figura cujo nome comece com a sílaba da palavra sorteada deverão marcá-la
- 4** O jogo termina quando um jogador ou uma dupla marcar todas as figuras de sua cartela

### Jogos de reflexão sobre os princípios do sistema alfabético

Ajudam a pensar sobre as correspondências grafofônicas, isto é, entre letras e sons. Nesse tipo de jogo, os alunos são convidados a manipular unidades sonoro-gráficas (palavras, letras, sílabas) e a comparar palavras ou parte de palavras.

#### Palavra dentro da palavra

- 1** Cada ficha do jogo contém uma palavra
- 2** 12 fichas de cor vermelha são distribuídas entre os jogadores
- 3** As fichas de cor azul devem ficar em um monte, viradas de cabeça para baixo, no meio da mesa
- 4** Um jogador por vez deve desvirar uma ficha azul do monte e verificar se alguma de suas fichas vermelhas apresenta a "palavra dentro da palavra" da ficha azul, formando um par. (Por exemplo: encontrar a palavra "linha" em "galinha"). Caso não se forme um par, a ficha azul é recolocada no final do monte
- 5** Ganha o jogo quem fizer mais pares e se livrar das suas fichas primeiro

### Jogos de consolidação das correspondências grafofônicas

Auxiliam na consolidação e automatização das correspondências entre as letras e os sons, aumentando a fluência da leitura.

#### Quem escreve sou eu

- 1** Deixa-se uma cartela com figuras numeradas virada para cima e uma cartela com as palavras correspondentes às figuras virada para baixo
- 2** O primeiro jogador lança o dado. O número tirado no dado indica o número da figura da cartela cuja palavra deverá ser escrita pelo jogador
- 3** O mesmo procedimento é seguido pelos demais jogadores
- 4** Ao final do jogo, a cartela de palavras é desvirada para verificação. Ganha o jogador que tiver escrito mais palavras corretamente



# Formar professores leitores: uma missão para os intelectuais brasileiros

Por Bianca de Andrade Martimiano

A Universidade tem grande responsabilidade sobre a parcela de professores da educação básica que se forma todos os anos sem a prática de ler literatura. Essa é uma das principais ideias defendidas por Maria das Graças Rodrigues Paulino, conhecida por ser uma crítica contundente do modelo de funcionamento da pós-graduação na universidade brasileira. Entre os anos de 1973 e 1994, Graça Paulino lecionou Teoria da Literatura e Semiótica na Faculdade de Letras da UFMG e, desde 1996, é professora da Faculdade de Educação da mesma Universidade. Já foi editora de revistas acadêmicas e de divulgação científica de renome, como a *Presença Pedagógica*, e participa de comitês editoriais diversos, como o da FAGED e o da Língua Escrita. Atualmente, desenvolve duas pesquisas: uma delas investiga os hábitos de leitura de professores universitários brasileiros e a outra avalia a produção literária infantil no Brasil. Graça Paulino é, também, idealizadora e coordenadora de um projeto de extensão que edita e distribui livros de literatura para professores do Ensino Fundamental na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Para ela, oferecer a esses profissionais o acesso a diferentes autores e gêneros literários é uma tarefa urgente, pois a maior parte das leituras que realizam é motivada por obrigações escolares.

**A leitura literária na infância é um campo de estudo sobre o qual você tem se debruçado recentemente. Você defende que a leitura literária na escola não deve estar ligada a práticas avaliativas rigorosas. Qual é o problema de se avaliar esse tipo de leitura? Como pode ser desenvolvido o trabalho com a leitura literária em sala de aula?**

Quando o aluno lê para ser avaliado em uma prova, ele não faz uma verdadeira leitura literária porque está preocupado em gravar certos detalhes. Se a leitura for de uma narrativa, por exemplo, ele ficará preocupado em gravar na memória certos acontecimentos e nomes de personagens que poderão cair na prova. Quando o estudante lê em função da prova, ele não faz uma leitura livre e prazerosa, com a fruição mínima necessária para que ela seja considerada literária, ou seja, de cunho artístico. Não é que o aluno não possa ser avaliado, mas, na leitura para a avaliação por uma prova, há uma deturpação do ato de leitura literária. Conto sempre o caso da Adélia Prado. Ela teve o livro *Bagagem* indicado para o vestibular, há alguns anos. O livro estava esgotado. Então, a comissão, da qual eu fazia parte, ligou para a autora pedindo sua interferência junto à editora para que o livro tivesse uma reedição e os candidatos pudessem ter acesso à obra. E ela disse: "Eu não quero ser lida para vestibular, porque a maioria dos candidatos será reprovada. Essa maioria terá lido meu livro e irá me odiar para o resto da vida". Acredito que um melhor tipo de avaliação pode ser realizado através de seminários e debates, que são formas de avaliações mais amenas. É melhor que eles não leiam um livro para responder a perguntas simples e diretas, mas analisando, discutindo e criticando as questões que o próprio livro traz.

Pesquisadora crítica: professores da educação básica  
leem pouco e apenas para obrigações escolares



## Você participa de uma pesquisa em rede, junto ao Grupo de Pesquisa do Letramento Literário (GPELL), da UFMG, que caracteriza a produção literária brasileira para crianças e jovens. Quais seriam as principais características dos livros infantis publicados no Brasil?

Já temos mais de três mil livros catalogados para a formação do banco de dados, mas a pesquisa ainda está na fase quantitativa. Em breve, passaremos à análise qualitativa. Até agora, pudemos observar que a diversificação é o que caracteriza melhor a produção atual: diversificação de gêneros, formatos, edições e leitores implícitos. Isso faz com que o universo da literatura infantil brasileira seja riquíssimo. Além disso, temos uma produção de alto nível literário. Escreve-se muito para criança hoje e é claro que há livros ruins e livros bons. Essa variedade permite que a criança faça uma escolha mais livre, dentre muitas possibilidades.

*“Não ler um livro por falta de vontade é diferente de não ler um livro por falta de acesso”.*

## Desde 2007, você coordena o projeto de extensão chamado “Contribuições para a leitura literária de educadores das séries iniciais do Ensino Fundamental”. Como funciona esse projeto?

Esse é um projeto que tem como objetivo estimular a leitura literária dos professores alfabetizadores. Nossa equipe faz uma edição de livros que são posteriormente entregues de presente aos professores do primeiro ciclo do Ensino Fundamental das cidades da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Esses professores recebem os livros para sua biblioteca pessoal. Nós fazemos questão de destacar isso: eles estão recebendo os livros para o seu prazer intelectual, e não para o trabalho.

Partimos de uma pesquisa de obras literárias do domínio público e selecionamos aqueles textos literários que possam interessar mais aos professores. Já editamos, por exemplo, livros de Machado de Assis, Júlia Lopes de Almeida, Lima Barreto, João do Rio, e de poetas brasileiros de diferentes épocas. Neste ano de 2013, o autor escolhido foi Vinicius de Moraes. Depois de selecionados os textos, fazemos uma reedição e uma atualização do conteúdo. Isso é necessário porque, muitas vezes, esses textos possuem versões deturpadas na internet ou em fontes impressas. Também redigimos introduções e apresentações dos autores e do contexto sociocultural em que as obras foram escritas. Algumas vezes, vamos às escolas para realizar leituras coletivas dos livros distribuídos. Os resultados desse trabalho têm sido positivos. Em Lagoa Santa, Magda Soares gostou muito da iniciativa e achou que o projeto foi bem recebido pelos professores.

*“Nem todos dão preferência cultural à literatura, mas todos têm que ter direito ao acesso aos livros literários”.*

## A partir desse projeto de extensão, foi possível conhecer melhor as práticas de leitura dos professores da educação básica. O que eles leem?

Normalmente, esses professores leem somente para obrigações escolares. Poucos possuem um nível de letramento literário satisfatório. A maioria lê muita literatura infantil para planejar o trabalho em sala de aula e deixa de lado outras leituras. Por isso, muitos não estão de fato inseridos no universo da literatura para adultos, não têm o costume de sair para comprar um livro de sua preferência em uma livraria ou de pegar livros emprestados – seja de um amigo ou biblioteca. Geralmente, a leitura literária não faz parte de suas vidas.

O principal motivo alegado é a falta de tempo, mas o tempo é uma questão de distribuição. Existe tempo para a telenovela, mas não existe tempo para a leitura da novela impressa. Há um descompasso nisso. É claro que ninguém é obrigado a gostar de literatura. A literatura é uma prática cultural e artística que existe na nossa sociedade, mas que não atinge a todos. Aliás, nenhuma prática estética atinge toda a sociedade, mas apenas certos grupos que dão preferência a essa ou outra manifestação artística. Há pessoas que gostam de música e outras que não dedicam seu tempo a isso. O mesmo ocorre com a televisão, o cinema, o

teatro e, também, com a literatura. Nem todos dão preferência cultural à literatura, mas todos têm que ter direito ao acesso aos livros literários. Não ler um livro por falta de vontade é diferente de não ler um livro por falta de acesso.

Com a realização desse projeto, mostramos aos professores que o contato com a literatura é possível e que alguns livros agradam mais a uns e menos a outros. Isso acontece porque o gosto literário também é diversificado e cada um tem que descobrir os livros de sua preferência.

## Sobre a questão do acesso e da escolha de obras literárias, você acredita que existe uma relação entre a classe social e o gosto literário?

Segundo a teoria determinista do sociólogo Pierre Bourdieu, as disposições sobre a leitura literária estão ligadas à classe. Ou seja, para Bourdieu, existe, sim, essa relação. E essas disposições não poderiam ser criadas *a posteriori*, pois viriam do berço. Mas, hoje, o determinismo é muito mal visto e há outras correntes que acreditam ser possível o fortalecimento de algumas disposições – e não de outras – de acordo com as histórias de vida dos sujeitos. Na verdade, o modo de ler e aquilo que se lê são componentes de um processo muito complexo que não está necessariamente ligado ao *status* social. Existem pessoas muito ricas que nada leem de qualidade e pessoas com menor poder aquisitivo que têm acesso a livros e que leem textos pouco valorizados pelo outro grupo.

## De que forma a aceleração e a padronização dos trabalhos de pesquisa prejudicam especificamente a formação de professores da educação básica?

*“Existem poucos professores universitários que escrevem para alunos de graduação e pouquíssimos que escrevem para professores da educação básica, que, vale ressaltar, são seus ex-alunos”.*

O investimento e a atenção dos professores universitários nas atividades de pesquisa e publicação são muito maiores que o investimento no ensino. Os alunos são os principais prejudicados com isso. Estou realizando uma pesquisa na qual pretendo caracterizar as leituras feitas por professores que lecionam em um curso de Pedagogia

### Há uma relação direta entre a qualidade da aula do professor e seu estoque de leituras literárias e acadêmicas?

Acho que existe, sim, relação entre o que o professor lê e a aula que ele dá. Se ele lê, se pensa em seus alunos no momento da leitura, isso se transfere para a sala de aula, mesmo que indiretamente. Muitas vezes, o professor não leva para a classe aquele texto que leu, mas faz referências a seu conteúdo e a certas ideias contidas nele durante a aula. Então, de alguma maneira, o universo do professor é enriquecido pela leitura e sua aula também.

e determinar quais seriam os efeitos de suas leituras sobre o trabalho docente. Basicamente, estou interessada em descobrir como esses professores universitários se formaram como leitores, quais são os reflexos de suas leituras nas aulas e se existe uma transferência didática das leituras para os alunos do curso de Pedagogia. Tenho observado que alguns professores até procuram levar para a sala de aula suas leituras, tanto atuais quanto mais antigas. Mas existe um problema nesse processo de escolha dos textos, porque a produção considerada legítima pela Academia não é acessível ao aluno de graduação, apenas ao de pós-graduação. Esse, sim, discute os textos em seminários, entre os pares, ou seja, com os professores universitários. Existem poucos professores universitários que escrevem para alunos de graduação e pouquíssimos que escrevem para professores da Educação Básica, que, vale ressaltar, são seus ex-alunos. A própria Capes [Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior] valoriza um tipo de produção que circula apenas dentro da Universidade, entre professores universitários. Para mim, isso é um erro de avaliação. Haveria maior democracia com relação à leitura se houvesse maior valorização da produção voltada para professores da Educação Básica e estudantes de cursos de graduação de Pedagogia.

### O que explica o desinteresse de tantos professores da educação básica pela leitura literária?

A falta de acesso explica uma parte do problema. A outra parte se deve à falta de formação adequada de leitores literários. Como ler literariamente um texto? Por que ler dessa forma? O que é, afinal, leitura literária? Essa discussão é uma forma de incentivo à leitura. Se a literatura fosse disciplina obrigatória em todo currículo de Pedagogia, os professores das séries iniciais da educação básica leriam mais e melhor.

### Em seu último artigo, “Intelectuais no Trabalho de Formação de Leitores Críticos”, você afirma que o trabalho de pesquisa nas universidades tornou-se padronizado e ditado pelo poder. Essa nova configuração teria alguma responsabilidade sobre o fato de estudantes do ensino superior estarem lendo pouco?

Tenho muitas queixas sobre como a Universidade se organiza hoje. Há uma busca pelo aumento da quantidade das produções, sem a correspondente busca pelo aumento da qualidade. Os prazos tornaram-se obsessões. A formação de um mestre, que antes durava quatro anos, agora dura apenas dois. O mestrando de antes terminava sua pesquisa com o horizonte cultural ampliado. Hoje, o estudante não adquire autonomia como pesquisador. Na graduação, os bolsistas se voltam para uma área bem específica da profissão, que é a área em que trabalham seus orientadores. Muitos, ainda, continuam com o mesmo orientador na pós-graduação. Essa aceleração forçada não ocorreu apenas no ensino superior, mas também em outros níveis. A entrada do aluno na escola agora acontece mais cedo. Muitas vezes, as instituições disputam qual delas seria capaz de alfabetizar primeiro. Mas será que o aluno quer ser alfabetizado tão cedo e tão depressa? Uma criança forçada a entrar no mundo letrado não reage da mesma maneira que uma criança que, de fato, se interessa por aprender a ler e a escrever. Entretanto, os alunos são tratados de forma homogênea. As séries são pré-determinadas com relação aos prazos. Os alunos que não conseguem desenvolver certas habilidades dentro do prazo esperado podem ter problemas posteriores, mesmo sendo aprovados.

*“Se os professores de cursos de Pedagogia lessem com os alunos de graduação textos que estes não conseguem entender sozinhos, estariam honrando um compromisso social importantíssimo, porque seria uma forma indireta de melhorar a educação básica no país”.*

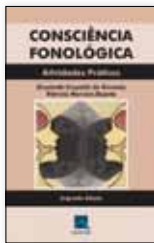
### O que torna os textos acadêmicos teóricos inacessíveis aos alunos de graduação?

A linguagem e os paradigmas científicos utilizados. Eles se tornam uma barreira porque o que se exige para que um texto seja considerado científico não faz parte do universo do aluno de graduação. Para que fosse acessível aos estudantes, o texto teria de ser escrito de outra forma, em outro gênero,

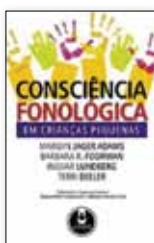
usando outros recursos. E não há essa preocupação porque, se o professor fizer isso, o texto não será aceito por periódicos científicos de relevância, será considerado banal, ou se tornará um material didático para ser copiado, ao invés de publicado. Se os intelectuais das universidades brasileiras – em especial professores de cursos de Pedagogia – lessem com os alunos de graduação textos que estes não conseguem entender sozinhos, estariam honrando um compromisso social importantíssimo, porque seria uma forma indireta de melhorar a educação básica no país. Reclamamos muito do baixo nível da educação básica no Brasil, mas não podemos nos esquecer da responsabilidade da Universidade nisso, pois os professores da Educação Básica passaram por lá. Gostaria de deixar claro que não estou negando o peso do baixo salário e das difíceis condições de trabalho que estão envolvidas nesse aspecto, pois esses fatores têm um grande peso também.



## O TEMA É



**Consciência Fonológica: atividades práticas** – Elizabeth Crepaldi Almeida e Patrícia Moreira Duarte. Ed. Revinter, 2003. O livro traz sugestões de atividades que podem ser praticadas por diferentes profissionais – fonoaudiólogos, psicopedagogos e educadores – com o objetivo de desenvolver a consciência fonológica e as habilidades de leitura e escrita. As atividades são detalhadas em três tópicos: objetivo, material necessário e procedimento.



**Consciência Fonológica em crianças pequenas** – Marilyn Jaguer Admas, Ed. Penso, 2006. Destinado ao ensino no início da alfabetização, o livro traz sugestão de jogos e atividades específicas para desenvolver cada uma das etapas da consciência fonológica. A obra também possui um capítulo sobre avaliação do desenvolvimento da consciência fonológica.

## AULA EXTRA

**O mal estar do professor frente à “criança-problema”** – Margarete Parreira Miranda. 2006. A dissertação de mestrado da pesquisadora Margarete Miranda investiga o mal-estar do professor frente à “criança-problema” e analisa a influência da subjetividade dos educadores na identificação desses alunos tidos como problemáticos. A pesquisa toma como base a expressão do mal-estar docente em grupo para localizar os problemas dos professores frente às “crianças-problema” e desvelar algumas de suas representações a respeito dessas crianças.

**Dilema na sala de aula: indisciplina e autoridade** – Catarina Angélica S. Santos. 2009. O artigo analisa impasses surgidos em salas de aula de professores de matemática de escolas públicas de Belo Horizonte, sob a ótica do questionamento da autoridade. O trabalho analisa as estratégias subjetivas encontradas pelos docentes para solucionar os impasses relacionados à indisciplina e à autoridade na sala de aula.

**Cultura escolar e indisciplina: em busca de soluções coletivas** – Lincoln Coimbra Martins e Iza Rodrigues da Luz. 2010. Este artigo, publicado no Boletim do Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff (v. 22, p. 204-205), analisou a cultura organizacional de uma escola da região metropolitana de Belo Horizonte e sua relação com os episódios de indisciplina discente. Os resultados evidenciaram que, muitas vezes, a indisciplina dos alunos estava relacionada a aspectos do próprio funcionamento da escola.

## LIVRO NA RODA



**Andar entre livros: a leitura literária na escola** – Teresa Colomer. Ed. Global, 2007. O livro é resultado de um dos primeiros trabalhos da pesquisadora Teresa Colomer como docente em uma escola da região metropolitana de Barcelona. Dividida em duas partes, a obra trata de aspectos fundamentais da prática e do ensino de literatura e traz sugestões de atividades a serem desenvolvidas em sala de aula. Com uma linguagem didática e de fácil compreensão, a autora discute temas como qualidade literária, valores morais e opinião do leitor.

## EM DESTAQUE



**Sistema de escrita alfabética** – Artur Gomes de Morais. Ed. Melhoramentos, 2012. Neste livro, o autor critica severamente os métodos tradicionais de alfabetização e defende o desenvolvimento de novas metodologias, argumento justificado pelos altos índices de fracasso das escolas brasileiras. Segundo Artur Gomes de Morais, as novas metodologias de alfabetização devem ser de cunho construtivista, perspectiva teórica que permite *alfabetizar letrando*.

**Concepções e metodologias de alfabetização: por que é preciso ir além da discussão sobre velhos “métodos”** – Artur Gomes de Morais. 2006. O artigo aponta a necessidade de se discutir metodologias de alfabetização, ao invés de ressuscitar a “guerra” entre os métodos tradicionais. No texto, Artur Morais defende o desenvolvimento de metodologias de ensino que levem à reflexão sobre as propriedades do sistema de escrita e, progressivamente, à automatização de suas convenções, sem deixar de lado o ensino dos usos sociais da escrita.



**Métodos e didáticas de alfabetização: história, características e modos de fazer de professores** – Isabel Frade. Ceale/FaE/UFMG, 2005. A apostila faz parte da coleção Alfabetização e Letramento, material didático desenvolvido pelo Ceale, em parceria com o MEC, para cursos destinados a professores da Educação Infantil e do Ciclo de Alfabetização. Neste caderno, Isabel Frade apresenta a opinião de diferentes acadêmicos sobre métodos e metodologias de alfabetização, além de caracterizar e situar historicamente cada método e corrente teórica de alfabetização. Sem defender uma teoria específica, a autora sugere que a alfabetização depende da existência de um professor observador que perceba as dificuldades de cada turma e que trabalhe enfatizando o aspecto linguístico necessário em cada situação.

**Jogos de Alfabetização** – Equipe Ceel/UFPE, 2009. O manual didático dos jogos de alfabetização foi desenvolvido pelo Centro de Estudos em Educação e Linguagem (Ceel), em parceria com o MEC, para auxiliar professores alfabetizadores no trabalho com jogos. O Ceel defende a realização de brincadeiras pedagógicas para que as crianças aprendam de forma prazerosa e trabalhem a criatividade e a interação social. O material apresenta passo a passo as instruções para uma série de jogos que favorecem o aprendizado da leitura e da escrita.

## ENTREVISTA



**Avanços em Literatura e Cultura Brasileiras Século XX** – Peter Pretov, Pedro Quintino de Sousa, Roberto López-Iglésias Samartim e Elias J. Torres Feijó (Orgs.), Vol. 2. 2012. A coletânea traz o artigo de Graça Paulino intitulado *Intelectuais no trabalho de formação de leitores críticos*, no qual a autora questiona o real significado de ser um intelectual na atualidade. No trabalho, a autora reflete, ainda, sobre o papel social da Universidade e a importância dos professores universitários na formação de leitores críticos.

**Saberes literários como saberes docentes** – Graça Paulino. *Presença Pedagógica*, Belo Horizonte, v. 10, n.59, p. 55-61, 2004. Neste artigo, Graça Paulino chama atenção para a importância da literatura no conjunto de saberes do professor. A autora discute como os saberes literários podem enriquecer o trabalho cotidiano dos docentes.



# Cada professor segundo sua formação

Em parceria com o Brasil, educadora angolana realiza estudo que mostra importância de se respeitar a formação do educador

Por Ana Carolina Martins



Nascida na aldeia de Sassa Zau, na província de Cabinda, em Angola, a professora Juliana Ndulo Cumbo Josefa é graduada em Pedagogia pelo Instituto Superior de Ciências da Educação de Cabinda e já trabalhou em três escolas públicas angolanas, lecionando no ensino primário e no 8º e 9º anos. Conhecedora dos entraves à melhoria da educação no país, ela não tem dificuldade para elencar os principais problemas do sistema de ensino: faltam professores capacitados, bibliotecas com acervos atualizados, laboratórios de informática bem equipados e materiais didáticos. Mas o que mais incomoda Juliana – e que a levou a iniciar uma pesquisa de mestrado – é a falta de correspondência entre a formação pedagógica dos professores angolanos e sua ação docente.

Juliana explica que, em Angola, o processo de distribuição de turmas entre os professores desrespeita sua formação e, por isso, é comum encontrar um profissional formado em Biologia dando aulas de Matemática. Ou um professor sem formação alguma ser escalado para ensinar matérias escolares para as quais não existe curso superior no país, como a disciplina Educação Moral e Cívica.

A escolha de um tema de pesquisa quase sempre é motivada por problemas que o pesquisador já vivenciou. Com Juliana, não foi diferente: "O que me motivou a fazer o mestrado foram as reclamações que eu ouvia nos corredores das escolas onde trabalhei. Na divisão dos horários das disciplinas, professores que tinham formação em uma área específica eram destinados para ministrar disciplinas de outra área. Eu ouvia muita lamentação das colegas: 'Não estou preparada para trabalhar com essa disciplina. Como vou me virar agora?'" , conta. Para Juliana, a falha está na organização do sistema educacional do país: "Os professores que passam no concurso público não começam imediatamente. Ficam aguardando vagas. Quando alguma escola abre vagas, o selecionado é enviado, independente de a vaga ser na área de sua formação ou não".

A pesquisadora pretende utilizar os resultados de seus estudos para alertar as escolas angolanas para o perigo de se desrespeitar o perfil do professor. "O profissional desviado de sua área de formação fica desmotivado. Imagine como será o rendimento de alunos que têm aulas ministradas por professores que não conhecem muito sobre o assunto? Respeitando o

perfil do professor, o rendimento escolar é outro", argumenta.

Para testar sua hipótese, Juliana está acompanhando turmas de dois professores que lecionam na mesma escola angolana: um com formação específica e outro sem a formação para a disciplina que leciona. "Estou vendo quais são as estratégias mobilizadas em sala de aula por esses dois professores. No final do semestre, serei capaz de comparar como cada um deles se saiu e como foi o rendimento de cada uma das turmas", explica a educadora.

A pesquisadora acredita que sua pesquisa tem potencial para impulsionar mudanças estruturais no sistema de ensino de seu país, apesar de ser apenas um primeiro passo em direção ao respeito pelo perfil do professor. "Se nós continuarmos escrevendo e buscando soluções para os problemas da educação, talvez amanhã a situação possa melhorar", aposta.

## Passagem pelo Brasil

Em setembro do ano passado, Juliana Josefa foi selecionada para fazer parte do mestrado no Brasil, no convênio que existe entre o Instituto Superior de Ciências da Educação de Cabinda e o programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

O intercâmbio deu a Juliana a oportunidade de comparar as realidades educacionais dos dois países: "No Brasil, visitei a Escola Municipal Professora Eleonora Pieruccetti e a Escola Cora Coralina, ambas em Belo Horizonte (MG). Elas possuem bibliotecas e laboratórios bem equipados, coisas que nós não temos em Angola. Nessas escolas brasileiras, o próprio aluno pode construir o conhecimento, visitando a biblioteca quando quiser e repassando o conteúdo da aula".

O Brasil também parece ter caminhado mais que Angola com relação aos materiais didáticos. Segundo Juliana, a carência de livros didáticos nas salas de aula angolanas limita os professores ao método expositivo e os obriga a ditar todo o conteúdo. "Imagine a situação: você tem uma turma de 40 alunos, mas só há livros didáticos para dois deles. Muitas vezes, você não consegue nem executar uma atividade!", lamenta.

Apesar da aprendizagem superficial dos conteúdos, Juliana conta que é muito raro um aluno angolano repetir o ano letivo, o que não é necessariamente um bom sinal. Pelo contrário: o fenômeno só acontece porque não é necessário assiduidade ou bom rendimento durante todo o período letivo para passar de ano: basta fazer a prova final e tirar uma nota acima de 70%.